

# Relatório Anual de Informações 2014



**DERMINAS**  
Sociedade Civil de Seguridade Social



## Mensagem da Diretoria Executiva

---

É com renovada satisfação que divulgamos este Relatório Anual de Informações 2014 aos participantes, assistidos e demais interessados. O presente relatório apresenta a situação patrimonial e atuarial do plano de benefícios, a política e o demonstrativo de investimentos e as despesas relevantes com a gestão administrativa da DERMINAS.

As ações da Diretoria Executiva estiveram direcionadas para fortalecer o planejamento e os controles internos, a racionalização das despesas administrativas e a regularidade dos atos de gestão da Entidade.

Os esforços desenvolvidos, com participação efetiva da Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, Funcionários e Consultores, inclusive o Patrocinador DER/MG, durante o exercício social de 2014, visaram resguardar os interesses dos Participantes e Assistidos da família rodoviária mineira.

## Situação Patrimonial e Atuarial do Plano de Benefícios

---

De acordo com os resultados apresentados na Demonstração Atuarial, data-base de 31.12.2014, o plano encontra-se adequadamente capitalizado, em situação de equilíbrio financeiro e atuarial, com superávit de 7,42% das provisões matemáticas. O teste de convergência da taxa de juros realizado, em dezembro de 2014, pelo atuário responsável pelo plano de benefícios administrado pela DERMINAS, demonstra a adequação e aderência da atual taxa de juros de 4,5% a.a. A Entidade realizou, em setembro de 2014, estudos de ALM que demonstraram a solvência de seu plano único de complementação de pensão e superávit de caixa (liquidez) para pagamento dos seus compromissos futuros (benefícios e despesas administrativas do PGA).

A situação confortável do plano está respaldada em Laudo de Certificação Atuarial emitido por Auditoria Independente afirmando que "as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e outros parâmetros, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no cálculo das provisões matemáticas, necessários à cobertura dos compromissos e preservação da solvência do plano, estão adequados em seus aspectos mais relevantes".

As Demonstrações do Ativo Líquido e sua Mutação, apresentadas na página "6" deste Relatório, representam o montante de recursos do plano para assegurar o pagamento do Passivo. Em 31.12.2014, o Ativo Líquido teve um acréscimo nominal de 5% em relação a 31.12.2013.

A contribuição do Patrocinador encontra-se suspensa, provisoriamente, desde janeiro de 2014. Para maiores informações acesse a Demonstração Atuarial em nosso site ([www.derminas.org.br](http://www.derminas.org.br)).

## Política de Investimento dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios

---

O Comitê de Investimentos da DERMINAS submeteu à aprovação do Conselho Deliberativo, em dezembro de 2014, a revisão da Política de Investimentos para 2015, cujo resumo encontra-se disponível no site da Entidade. Nesta revisão foram consideradas as perspectivas econômicas e os riscos inerentes à diversificação das aplicações financeiras em cenário adverso.

O mercado financeiro tem apresentado alta volatilidade nos últimos anos e 2015 não deverá ser diferente. Diante deste cenário, a nova política de investimentos, com base em estudo técnico, prevê a redução no segmento de renda variável e o consequente aumento na renda fixa de menor risco, com o objetivo de obter retorno dos investimentos em linha com a sua meta atuarial.

## Plano de Gestão Administrativa

---

A taxa de administração do plano de benefícios em 2014 foi de apenas 0,85% dos recursos garantidores, inferior ao limite de 1% aprovado pelo Conselho Deliberativo da DERMINAS, conforme previsto na legislação. A DERMINAS está enquadrada neste quesito desde 2012, ou seja, 24 meses antes do prazo final estabelecido pelo Órgão Regulador.

As informações referentes as principais despesas administrativas desta Entidade, em 2014, estão apresentadas na página "20" deste Relatório.

## Demonstrações Financeiras

### BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<b>DISPONÍVEL</b>	86	41
<b>REALIZÁVEL</b>	380.649	363.081
Gestão Previdencial	116	451
Gestão Administrativa	1.247	1.077
Investimentos	379.286	361.553
Títulos Públicos	209.410	192.667
Créditos Privados e Depósitos	50.788	44.908
Fundos de Investimentos	83.360	89.141
Investimentos Imobiliários	29.640	27.696
Empréstimos	6.088	7.141
<b>PERMANENTE</b>	135	144
Imobilizado	135	144
<b>Total do Ativo</b>	<b>380.870</b>	<b>363.266</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

4

### BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	293	270
Gestão Previdencial	5	3
Gestão Administrativa	278	265
Investimentos	10	2
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	1.273	1.084
Gestão Administrativa	1.273	1.084
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	379.304	361.912
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	376.312	359.723
Provisões Matemáticas	350.330	330.884
Benefícios Concedidos	162.793	154.214
Benefícios a Conceder	187.537	176.670
Equilíbrio Técnico	25.982	28.839
Resultados Realizados	25.982	28.839
Superávit Técnico Acumulado	25.982	28.839
<b>Fundos</b>	2.992	2.189
Fundos Administrativos	2.294	1.540
Fundos dos Investimentos	698	649
<b>Total do Passivo</b>	<b>380.870</b>	<b>363.266</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA**

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.14	31.12.13	%
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	361.912	351.054	3
<b>1. Adições</b>	38.469	31.983	20
Contribuições Previdenciais	-	523	(100)
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	34.184	27.284	25
Receitas Administrativas	3.774	3.568	6
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	192	91	111
Constituição de Fundos de Investimentos	319	517	(38)
<b>2. Destinações</b>	(21.077)	(21.125)	-
Benefícios	(15.672)	(14.279)	10
Resultado Negativo dos Investimentos Gestão Previdencial	(1.924)	(2.652)	(27)
Despesas Administrativas	(3.023)	(2.959)	2
Resultado Negativo dos Investimentos Gestão Administrativa	-	(63)	(100)
Constituição de Contingências Gestão Administrativa	(189)	(184)	3
Reversão de Fundos de Investimento	(269)	(988)	(73)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido</b>	17.392	10.858	60
Provisões Matemáticas	19.446	21.540	(10)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.857)	(10.664)	(73)
Fundos Administrativos	754	453	66
Fundos dos Investimentos	49	(471)	(110)
<b>B) Patrimônio Social - Final do exercício (A+3)</b>	<b>379.304</b>	<b>361.912</b>	<b>5</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA**

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.14	31.12.13	%
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>1.540</b>	<b>1.087</b>	<b>42</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.967</b>	<b>3.659</b>	<b>8</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>3.967</b>	<b>3.659</b>	<b>8</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.370	2.107	(35)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.332	1.389	68
Taxa de Adm. de Emp. e Financiamentos	72	72	-
Resultado Positivo dos Investimentos	193	91	112
<b>2. Despesas Administrativas</b>	(3.213)	(3.143)	2
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	(1.779)	(1.746)	2
Pessoal e Encargos	(1.090)	(1.025)	6
Treinamentos/Congressos e Seminários	(10)	(9)	11
Viagens e Estadias	(5)	(7)	(29)
Serviços de Terceiros	(224)	(207)	8
Despesas Gerais	(307)	(317)	(3)
Depreciações e Amortizações	(49)	(49)	-
Contingências	(69)	(112)	(38)
Despesas Específicas/Tributos	(18)	-	-
Outras Despesas	(7)	(20)	(65)
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	(1.434)	(1.397)	3
Pessoal e Encargos	(837)	(873)	(4)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(14)	(11)	27
Viagens e Estadias	(9)	(14)	(36)
Serviços de Terceiros	(301)	(261)	15
Despesas Gerais	(134)	(148)	(9)
Contingências	(121)	(72)	68
Despesas Específicas/Tributos	(18)	-	-
Outras Despesas	-	(18)	(100)

Continua na próxima página

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA** (Continuação)

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	%
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	-	(63)	(100)
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	754	453	66
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	754	453	66
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	2.294	1.540	49

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS**

(Em R\$ mil)

**PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO**

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	%
<b>1. Ativo</b>	379.776	361.916	5
Disponível	-	26	(100)
Recebível	2.409	2.290	5
Investimentos	377.367	359.600	5
Títulos Públicos	209.410	192.666	9
Créditos Privados e Depósitos	50.788	44.908	13
Fundos de Investimento	81.441	87.190	(7)
Investimento Imobiliários	29.640	27.696	7
Empréstimos	6.088	7.140	(15)
<b>2. Obrigações</b>	472	4	11.700
Operacional	472	4	11.700
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	2.992	2.189	37
Fundos Administrativos	2.294	1.540	49
Fundos dos Investimentos	698	649	8
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	376.312	359.723	5
Provisões Matemáticas	350.330	330.884	6
Superávit/Déficit Técnico	25.982	28.839	(10)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS**

(Em R\$ mil)

**PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO**

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	%
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	359.723	348.847	3
<b>1. Adições</b>	35.554	29.914	19
Contribuições	1.370	2.629	(48)
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	34.184	27.285	25
<b>2. Destinações</b>	(18.965)	(19.038)	-
Benefícios	(15.672)	(14.279)	10
Resultado Negativo dos Investimentos Gestão Previdencial	(1.923)	(2.652)	(27)
Custeio Administrativo	(1.370)	(2.107)	(35)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido</b>	16.589	10.876	53
Provisões Matemáticas	19.446	21.540	(10)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.857)	(10.664)	(73)
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)</b>	376.312	359.723	5
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	2.992	2.189	37
Fundos Administrativos	2.294	1.540	49
Fundos dos Investimentos	698	649	8

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

### PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.14	31.12.13	%
<b>Provisões Técnicas ( 1+ 2 + 3+ 4 )</b>	<b>377.482</b>	<b>360.377</b>	<b>5</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>350.330</b>	<b>330.884</b>	<b>6</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>162.793</b>	<b>154.214</b>	<b>6</b>
Benefício Definido	162.793	154.214	6
<b>1.2 Benefícios a Conceder</b>	<b>187.537</b>	<b>176.670</b>	<b>6</b>
Benefício Definido	187.537	176.670	6
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>25.982</b>	<b>28.839</b>	<b>(10)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>25.982</b>	<b>28.839</b>	<b>(10)</b>
Superávit técnico Acumulado	25.982	28.839	(10)
Reserva de Contingência	25.982	28.839	(10)
<b>3. Fundos</b>	<b>698</b>	<b>649</b>	<b>8</b>
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	698	649	8
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>472</b>	<b>5</b>	<b>9.340</b>
4.1. Gestão Previdencial	5	3	67
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	467	2	23.250

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Derminas é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, instituída pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG, seu Patrocinador, em atividade regular desde 12.02.81.

O objetivo da Entidade é o de complementar pensão, por morte, aos beneficiários dos Participantes de seu Plano de Benefícios.

O Estatuto vigente foi aprovado pela Portaria PREVIC nº 204/10 e o Regulamento do Plano "Único", de Benefício Definido, através do Ofício SPC nº 2.550/00, ambos do Ministério da Previdência Social.

Os recursos garantidores para custeio dos benefícios do Plano são originários de contribuição mensal dos participantes, à alíquota média de 0,5725%, incidentes sobre o salário base de contribuição, bem como da rentabilidade de seus investimentos. A contribuição do patrocinador está suspensa, provisoriamente, desde janeiro de 2014, conforme decisão do Conselho Deliberativo de 13.03.14.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em consonância com as determinações contidas na Resolução CGPC nº 29/00, Resolução CNPC nº 08/11, na Instrução SPC nº 34/09, alterada pela Instrução Previc nº 15/14 e, quando aplicável, às interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologadas pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

O conceito introduzido pelos Órgãos Normativos tem como principal característica segregar os registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum à Gestão Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Derminas são: Balancetes do Plano de Benefício Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação dessas Demonstrações e Balancete Consolidado.

Em atendimento ao item 17 das Normas Gerais, Anexo C, da Resolução CNPC nº 08/11 e Resolução CNPC nº 12/13, estão sendo apresentadas as seguintes Demonstrações comparadas com suas respectivas do exercício anterior: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA consolidada, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL consolidada e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a.** Títulos e valores mobiliários: a Resolução MPAS/CGPC nº 4/02 e suas disposições complementares estabelecem critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, sendo que as principais mudanças introduzidas referem-se à classificação e critérios de avaliação dos títulos em duas categorias distintas:

- Títulos para negociação: têm o propósito de serem negociados e avaliados pelo valor de mercado; e
- Títulos mantidos até o vencimento: quando a Entidade tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

**b.** Os investimentos imobiliários são reavaliados e contabilizados conforme disposto na Instrução SPC nº 34/09, Anexo "A", Inciso II, na qual a letra "h" do item 19, foi alterada pela Instrução Previc nº 15/14, artigo 6ª, letra "a", que dispensa o registro das depreciações mensais se os imóveis da entidade forem reavaliados anualmente. Este procedimento vem sendo adotado pela Derminas desde 2010. Em dezembro de 2014, a Entidade reavaliou sua carteira de imóveis, através da empresa APC - Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda, CNPJ nº 01.447.086/0001-68, e contabilizou na conta 1.2.3.06.04.03.00.00.00-7 - Locadas a Terceiros, gerando um efeito líquido positivo de R\$2.529 mil. Portanto, a partir de janeiro de 2015, inclusive, as edificações não serão depreciadas às taxas correspondentes a vida útil remanescente fixada nos respectivos laudos de avaliação, cujos resultados estão apresentados no quadro abaixo.

Imóvel	Data da reavaliação	Data do registro contábil	Valor contábil até a reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado da reavaliação	Vida útil remanescente
Ed. Derminas	31.12.2014	31.12.2014	12.887	13.957	1.070	25 anos
Ed. Contorno Plaza	31.12.2014	31.12.2014	7.117	7.750	633	30 anos
Centro Infantil	31.12.2014	31.12.2014	6.913	7.739	826	22 anos
<b>Total (R\$ mil)</b>			<b>26.917</b>	<b>29.446</b>	<b>2.529</b>	

**c.** As operações com Participantes são avaliadas pelos respectivos valores, acrescidos da rentabilidade prefixada de 1,4% ao mês, correspondente à taxa de juros pactuada nos contratos de empréstimos vigentes no exercício de 2014.

**d.** O Ativo Permanente é registrado ao custo de aquisição, com as depreciações calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Instalações em Geral, Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Sistemas de Comunicação em 10%; Computadores e Periféricos em 20%; Ventiladores e Refrigeradores de Ar em 25% e Aparelhos Cinematográficos de Som e Projeção em 15%.

**e.** As férias vencidas, férias proporcionais e décimo terceiro salário, inclusive os respectivos encargos, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o Regime de Competência.

**f.** Em atendimento às determinações contidas na Resolução CGPC nº 29/09, e da Instrução SPC nº 34/09, alterada pela Instrução Previc nº 15/14, as receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial, em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

**g.** Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/09 e com a Instrução SPC nº 34/09, alterada pela Instrução Previc nº 15/14, os registros das operações administrativas são efetuados através



do PGA, que possui patrimônio próprio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas as despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, cujas fontes de custeio estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/09 e com as determinações contidas no Regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo da Derminas.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Participantes, Assistidos e Patrocinador do plano.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial, em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano, a Derminas utiliza o seguinte critério:

- Receitas: alocadas diretamente a cada Plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimentos;
- Despesas Específicas: alocadas diretamente ao Plano que as originou.

#### 4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do saldo dos recursos a receber é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
■ Patrocinador	-	112
■ Participantes	113	112
■ Outros realizáveis	3	3
■ Contribuições em Atraso – Patrocinador	-	224
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>116</b>	<b>451</b>

#### 5. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição consolidada dos Investimentos é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	209.410	192.667
■ Notas do Tesouro Nacional	209.410	192.667
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	50.788	44.908
■ Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE	18.981	16.539
■ Letra Financeira	30.589	27.227
■ Debênture	1.218	1.142
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	52.827	67.878
■ Renda Fixa	16.070	16.887
■ Ações	36.757	50.991
MULTIMERCADO	16.156	6.321
■ Fundos de Multimercado	16.156	6.321
DIREITOS CREDITÓRIOS	1.558	3.838
■ Fundos de Direitos Creditórios	1.558	3.838
PARTICIPAÇÕES	10.900	9.153
■ Fundos de Participações	10.900	9.153
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	29.640	27.696
■ Edificações	29.640	27.696
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.088	7.141
■ Empréstimos	6.088	7.141
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>377.367</b>	<b>359.602</b>

## 6. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição consolidada dos Investimentos é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		
■ Renda Fixa	1.919	1.951
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>1.919</b>	<b>1.951</b>

a. A Derminas mantém em sua Carteira Própria Notas do Tesouro Nacional - Série B que são classificadas no segmento de Renda Fixa, na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, avaliados pela curva dos papéis. A manutenção desses títulos tem o objetivo de fazer o hedge do passivo referente aos benefícios concedidos.

Títulos mantidos até o vencimento precificados pela curva em 31.12.14:

Vencimento	Quantidade	Valor (R\$ mil)
15.05.2017	4.105	10.211
15.08.2020	9.257	23.142
15.08.2020	5.750	14.824
15.08.2022	4.500	12.081
15.08.2022	1.200	3.229
15.08.2022	1.200	3.241
15.08.2024	4.600	11.839
15.08.2024	9.900	22.080
15.08.2030	2.200	5.742
15.05.2035	4.312	10.072
15.08.2040	7.150	18.758
15.08.2040	3.200	7.913
15.08.2050	12.100	31.844
15.08.2050	3.400	11.818
15.08.2050	6.200	15.202

Em 2014 foram vendidas, antecipadamente, as NTN-B com vencimento em 15.05.15, gerando um resultado financeiro positivo de R\$507 mil, e comprados novos títulos, com vencimento em 2040 e 2050, a taxas superiores à meta atuarial do Plano. Essas operações aumentaram o prazo médio desses títulos públicos classificadas na categoria mantidos até o vencimento.

Títulos para negociação e precificados pelo valor de mercado em 31.12.14:

Vencimento	Quantidade	Valor (R\$ mil)
15.05.2045	3.000	7.415

b. As aplicações em Fundos de Investimentos, não exclusivos, são atualizadas de acordo com o valor de mercado das respectivas cotas

## 7. ATIVO PERMANENTE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição consolidada do Ativo Permanente é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
PERMANENTE		
■ Imobilizado	135	144
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>135</b>	<b>144</b>

## 8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos a pagar referem-se a:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
■ Gestão Previdencial	5	3
■ Gestão Administrativa	278	265
■ Gestão de Investimentos	10	2
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>293</b>	<b>270</b>

## 9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O exigível contingencial possui a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
■ Gestão Administrativa	1.273	1.084
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>1.273</b>	<b>1.084</b>

## 10. FUNDOS

### a. Administrativo

O Fundo da Gestão Administrativa é composto pela diferença entre as receitas (taxa de administração, carregamento previdencial e receitas diretas) e as despesas administrativas. Destina-se, basicamente, à cobertura de eventuais insuficiências do seu custeio.

A movimentação do Fundo está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.14	Exercício findo em	
		Constituição (Reversão)	31.12.13
■ Fundo Administrativo (R\$ mil)	2.294	754	1.540

### b. Investimentos

O Fundo de Quitação Por Morte destina-se à liquidação das parcelas vincendas de empréstimo concedido a Participante, inclusive Auto patrocinado e Assistido, motivado pelo falecimento do mutuário. Este Fundo, baseado em estudos atuariais, é constituído com recursos arrecadados da carteira de empréstimos. Sua constituição (0,2%) compõe a taxa de juros do empréstimo estabelecida em 1,4% ao mês.

O Fundo de Quitação de Prestação destina-se a quitar inadimplência superior a 90 dias e dívida inferior a R\$3 mil, de mutuário com "foro" em Belo Horizonte, ou inferior a R\$4 mil no interior de Minas Gerais e outros Estados. Este fundo, baseado em estudos atuariais, é constituído com recursos arrecadados da carteira de empréstimos, cuja Taxa de Quitação de Prestação - TQP, de 0,2%, compõe a taxa de juros do empréstimo estabelecida em 1,4% ao mês.

O Fundo de Compensação da Inflação tem a finalidade de cobrir a diferença entre a expectativa e a variação mensal da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC/IBGE.

A movimentação foi a seguinte:

Descrição	31.12.14	Exercício findo em	
		Constituição (Reversão)	31.12.13
■ Fundo de Quitação por Morte	132	(26)	158
■ Fundo de Compensação de Inflação	407	(2)	409
■ Fundo de Quitação de Prestação	159	77	82
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>698</b>	<b>49</b>	<b>649</b>

## 11. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – AJUSTES E ELIMINAÇÕES

Em cumprimento ao disposto no Anexo A, inciso II, item 6, da Instrução SPC nº 34/09, a movimentação relativa aos ajustes e eliminações efetuadas no Balanço Consolidado está demonstrada a seguir:

<b>Ativo</b>	<b>31.12.14</b>
■ Participação no PGA	2.294
Movimento no Exercício	457
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>2.751</b>

<b>Passivo</b>	<b>31.12.14</b>
■ Participação no Fundo Administrativo do PGA	2.294
Movimento no Exercício	457
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>2.751</b>

## 12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram calculadas pela ATEST- Consultoria Atuarial Ltda - ME (CIBA Nº 88), conforme Parecer Atuarial, de 02.02.15, de responsabilidade da Atuária Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa (MIBA nº 2.211).

A composição consolidada das Provisões Matemáticas é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>Exercício findo em</b>	
	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
Benefícios Concedidos	162.793	154.214
■ Benefícios do Plano	162.793	154.214
Benefícios a Conceder	187.537	176.670
■ Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	187.537	176.670
■ Benefícios do Plano	187.537	176.670
■ (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-
■ (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-
<b>Total das Provisões Matemáticas (R\$ mil)</b>	<b>350.330</b>	<b>330.884</b>

Premissas adotadas nos cálculos atuariais dos exercícios de 2014 e 2013:

<b>Hipóteses</b>	
Indicador Econômico	INPC
Taxa Real Anual de Juros	4,5%
<b>Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo</b>	
Salários	1,00
Benefícios da Entidade	1,00
Hipótese sobre Gerações Futuras de novos Entrados	Não considerada
Hipótese sobre Rotatividade	Não considerada
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas

A Administração da Entidade entende que o Plano de Benefícios encontra-se em situação econômico-financeira confortável e foi avaliado de acordo com a legislação vigente, a partir de premissas e método atuarial apropriados.

Foram mantidas, nessa avaliação, as tábuas biométricas: AT-2000 Male, para medir o evento sobrevivência, a AT-49 para medir o evento mortalidade, bem como a taxa efetiva de juros de 4,5% a.a (taxa de remuneração atuarial) para o retorno dos investimentos.

A Entidade ajustou os valores dos benefícios de sua responsabilidade com base na Lei Estadual nº 19.973/11, que dispõe sobre as diretrizes e parâmetros para a política remuneratória dos servidores públicos, dentre os quais os do Patrocinador DER/MG, indispensável à correta avaliação atuarial das Reservas Matemáticas de seu Plano de Benefícios, na posição 31.12.14.

O Plano de Benefícios está adequadamente capitalizado e seus recursos estão aplicados no mercado financeiro e imobiliário para garantir o pagamento dos compromissos relativos a todos os beneficiários assistidos (solvência), em qualquer época (liquidez), desde que se mantenham as condições estabelecidas atuarialmente.

Os resultados apontam *Superávit Técnico Acumulado* de R\$25.982 mil, equivalente a 7,42% do total das Provisões Matemáticas, integralmente registradas na conta de Reserva de Contingência, conforme demonstrado:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
■ Equilíbrio Técnico	25.982	28.839
■ Resultados Realizados	25.982	28.839
■ Superávit Técnico Acumulado	25.982	28.839

### 13. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios administrado pela Dermis foram efetivados, no exercício de 2014, em estrita observância à Resolução CMN nº 3.792/09 e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os serviços de custódia e de controladoria estão centralizados no Banco Itaú S.A.

### 14. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a.** O equilíbrio do Plano de Benefícios, incluídas as variáveis contempladas no cálculo atuarial, mantém relação direta com a política de reajuste dos benefícios adotada pelo Órgão Oficial de Previdência (IPSEMG/INSS) e com a política remuneratória estabelecida pelo Governo do Estado de Minas Gerais para os seus servidores públicos, com reflexo nos benefícios de pensão e de complementação/suplementação.

**b.** Houve um incremento de R\$18,8 milhões nos recursos garantidores do Plano de Benefícios e redução 1,3% do Superávit Técnico Acumulado em relação ao exercício anterior. Tal fato decorre da política remuneratória, diretrizes e parâmetros estabelecidos para os servidores públicos de Minas Gerais, inclusive ajuste pelo salário mínimo, incidentes sobre a folha de pagamento do Patrocinador. Essas condicionantes repercutem sobre os benefícios concedidos e a conceder. Aprimorou-se, também, a determinação do passivo, através da revisão empreendida nas informações cadastrais de Participantes e Assistidos, e os procedimentos para execução dos cálculos atuariais que resultaram em ajuste das Provisões Matemáticas necessárias a assegurar os benefícios concedidos e a conceder.

**c.** A Entidade realiza operações financeiras expostas a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros. O monitoramento desses riscos é efetuado através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das alocações. Em 31.12.14, os instrumentos financeiros estavam estrategicamente diversificados em instituições selecionadas pelo Comitê de Investimentos, com adoção dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, com o objetivo de compatibilizar as disponibilidades desses ativos com o fluxo do passivo.

**d.** Os seguros contra incêndio dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários. Entretanto, a Entidade realiza seu monitoramento em tempo hábil.

## 15. CONTINGÊNCIAS

**15.1.** As Entidades Fechadas de Previdência Complementar não auferem receitas pela prática das atividades autorizadas pela legislação específica. Portanto, existem razões substantivas de inconstitucionalidade das exigências contidas na Lei Federal nº 9.718/98, para as contingências a seguir relacionadas:

**a.** A Derminas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em junho/2002, pelo não recolhimento do PIS "Faturamento", relativo ao período de 29.02.96 a 31.01.99, no montante estimado à época em R\$198 mil e impugnou o auto de infração referente ao processo administrativo 10680.008.986/2002-88.

Em 02.06.06 foi publicado o acórdão 9303-0002-916 que deu parcial provimento ao recurso para reconhecer a decadência relativa ao período anterior a julho/1997.

Em 28.01.08 a Derminas apresentou recurso especial e em 22.11.13 os autos foram distribuídos para a 3ª seção de julgamento SEJUZ/CARF/MF/DF, o que ocorreu em 10.04.14, quando a 3ª Turma do CARF emitiu a Súmula nº 2, ressaltando que "o CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária".

Em 10.10.14, a SRFB/MF emitiu a DARF-PGFN, correspondente ao valor integral da dívida inscrita, com vencimento para 31.10.2014, inclusive das parcelas de janeiro de 1996 e junho de 1997 já decadentes em face do Acórdão 9303-0002-916.

Situação Atual: aguarda a cobrança executiva por parte da PGFN, para apresentar sua defesa.  
Probabilidade de Perda: "possível"

**b.** A Derminas impetrou Mandado de Segurança, em 18.04.06, para não se sujeitar ao recolhimento do PIS/Cofins e depositou mensalmente, em juízo, os valores apurados até dezembro de 2014, inclusive. A partir de janeiro de 2015, a Entidade passou a recolher os tributos do PIS/Cofins através de DARF, tendo em vista a definição da base tributária pela Lei 12.973/14 e IN RFB 1.544/15, conforme parecer jurídico, da JCMB, de 03.02.2015.

Foi requerido o ressarcimento dos valores recolhidos desde setembro/2001 ou a sua compensação com outros tributos federais. O Processo 2006.38.00.01.012341-2 está em trâmite na 8ª turma do Tribunal Regional Federal/1ª Região.

Em 31.07.12 os autos foram conclusos para julgamento em 2ª instância.

Situação Atual: aguarda julgamento.  
Probabilidade de Perda: "possível".

**15.2.** A Derminas é parte na ação de repetição de indébito de Imposto de Renda sobre Operações Financeiras, aviada em 1988 perante a 6ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte/MG. A execução de sentença, com decisão favorável transitada em julgado em 1993, iniciou-se em 1995. O crédito da Derminas de R\$8.031 mil, apurado pela Contadoria Judicial, em 21.05.08, passível de alteração no TRF, não foi atualizado nem contabilizado. Não há previsão de pagamento, pois o valor ainda está em discussão (sem cabimento de recursos pelas partes) e quando estiver definido o pagamento dependerá de precatório. Foi determinado o retorno dos autos a instância de origem para sanar os vícios de fundamentação, proferindo-se novo julgamento com a extensão pleiteada pelas credoras no regimental (novo acórdão foi publicado em 10.05.13 condenando a União a devolver os honorários periciais).

Em 27.09.13 foi publicado acórdão rejeitando os embargos declaratórios das credoras, que, assim, aviaram novo REsp em 10.10.13.

Em 30.07.14 foi dada vista à União para contrarrazões (proc. 2009.01.00.017115-9).

**15.3.** A Derminas é signatária de ação ordinária interposta pela ABRAPP, em face da União Federal, BNDES e FND, em tramitação na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, desde 11.10.91, pleiteando a atualização de expurgos inflacionários das OFND. Não obstante a existência de decisão favorável, transitada em julgado desde 29.11.10, a Entidade não efetuou a contabilização do valor resultante de execução da sentença (R\$10.810 mil, apurado em junho/2011), procedimento esse que está de acordo com orientação da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da PREVIC.

Em 10.01.12 a União Federal ajuizou ação rescisória contra o acórdão que deu ganho de causa à ABRAPP.

Em 06.09.13 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ, visando a discussão da redução dos honorários sucumbenciais.

Em 19.09.13 a União Federal interpôs Agravo de Instrumento postulando o desmembramento das execuções e a ABRAPP entrou com novo Agravo de Instrumento.

Em 11.11.13 foi deferida liminar em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução e, em 28.11.13, proferiu nova decisão na qual determina que a execução se faça em separado, em processos executórios próprios.

Em 11.12.13 a ABRAPP interpôs novo Agravo de Instrumento contra a decisão referida, requerendo que tal recurso fosse distribuído para o mesmo Relator, que deu vistas à União Federal, e, em 19.12.13, os autos foram encaminhados à Advocacia Geral da União, para devolução após as férias forenses.

Em abril de 2014, a 7ª Turma do TRF-2 não conheceu o Agravo de Instrumento acima citado, ao argumento de que o recurso cabível seria o de Apelação. O acórdão foi publicado em 13.05.14. Em seguida, foram interpostos Embargos de Declaração.

Em 01.10.14, o TRF conheceu os embargos de declaração, mas, não deu provimento, com o entendimento de que a substituição, das 94 EFPC pela ABRAPP, poderá comprometer os princípios do processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Em 20.10.14, em nome da ABRAPP, foram interpostos novos embargos declaratórios, os quais foram improvidos, pelo que, em 16.12.14, foi interposto Recurso Especial para o STJ, cujo requisito de admissibilidade será apreciado pela Presidência do TRF-2.

Situação Atual: Aguarda a decisão do TRF-2 sobre a admissibilidade dos Embargos Declaratórios interpostos pela ABRAPP.

Probabilidade de perda: Remota.

## 16. FATO RELEVANTE

Ação fiscal no Plano de Benefícios da Derminas com emissão do Relatório de Fiscalização SPC nº 008/2007/ERMG, de 31.10.2007.

A Entidade recebeu, em maio/2011, o ofício 062/2011/ERMG/PREVIC, cujas determinações foram sobrestadas pelo ofício 082/2011/ERMIG/PREVIC, de 06.07.11, o que motivou uma reunião da Diretoria Executiva da Entidade com a Diretoria de Fiscalização e Procuradoria da PREVIC, em Brasília/DF, dia 29.08.11, da qual extraiu-se o documento "Memória da Reunião" para subsidiar a elaboração de parecer específico.

Em 03.01.13 a Derminas recebeu o ofício 004/2013/ERMG/PREVIC e cópia do Parecer nº 082/PF/PREVIC/PGF/AGU, com a informação de que, em decorrência da complexidade do assunto, o processo havia sido enviado à Coordenação Geral de Fiscalização Direta, com sugestão de encaminhamento à Diretoria Colegiada para apreciação.

Em 18.12.13 foi expedido o ofício 5809/CGAT/DITEC/PREVIC com as determinações constantes do item 14 do Despacho 336/2013/CGAT/DIATEC/PREVIC, de 03.12.2013, para atendimento até 17.04.14. Essas determinações foram contestadas pelo Ofício DIR.024, de 31.03.2014, da Diretoria Executiva da Derminas.

Em 18.08.14, através do Ofício DIR.038, a entidade apresentou resposta ao Ofício nº 1781/CGAT/DITEC/PREVIC, de 22.05.2014.

A Derminas confia numa solução administrativa, por parte da PREVIC, para poder ajustar o Regulamento de seu plano único de complementação de pensão em fase de "saldamento/fechamento" a novos entrantes, a partir de janeiro de 2014, face à instituição da PREVICOM-MG no mesmo formato da FUNPRES- EXE.

### DIRETORIA EXECUTIVA:

Helio Caixeta Borges  
Diretor Superintendente e AETQ  
CPF: 051.596.791-20

Delson Chaves Campos  
Diretor Financeiro  
CPF: 113.307.406-53

Arnaldo Rodrigues  
Diretor de Seguridade e ARPB  
CPF: 083.358.426-04

### CONTADOR RESPONSÁVEL

Ricardo José da Silva  
CRCMG - 046594/0-7  
CPF: 583.692.606-91

### ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014

Avaliado de acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o plano de benefícios previdenciários da DERMINAS - Sociedade Civil de Seguridade Social apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2014.

Apurados os compromissos e o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$25,9 milhões. Este valor deve ser integralmente registrado na conta Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano de Benefícios da DERMINAS.

*Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2015.*

#### **ATEST – Consultoria Atuarial**

Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

■ Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa  
Atuária MIBA 2.211

■ Ivan Sant'Ana Ernandes  
Atuário MIBA 506  
Diretor Técnico

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

Aos Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinador da  
DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL  
Belo Horizonte - MG

### 1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras da DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa (consolidada) e das provisões técnicas do Plano de Benefícios do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### 2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### 3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve



a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

## 5. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

## 6. Outros assuntos

Conforme abordado na nota explicativa nº. 16, a Entidade está discutindo algumas determinações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, as quais, todavia, foram por esta sobrestadas, em meados de 2011, em face dos argumentos e documentos apresentados pela Derminas, estando, portanto, o processo pendente de reexame e nova deliberação daquele Órgão Regulador e Fiscalizador. A Administração da Entidade considera que essa questão será resolvida de forma favorável aos seus direitos, entendimento que só poderá ser corroborado quando da ultimação do processo.

## 7. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso relatório sobre as mesmas, data-do de 27 de fevereiro de 2014, enfatizou o mesmo assunto abordado no tópico 6 retro.

*Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2015.*

### **Fernando Motta & Associados**

Audidores Independentes  
CRCMG - 757

■ Nilton José Ribeiro  
Contador CRCMG – 43.491

■ Fernando Carneiro da Motta  
Contador CRCMG – 4.419

## Parecer do Conselho Fiscal

---

Em atendimento a Resolução CNPC nº 08/11, Anexo B, e da Instrução MPS/SPC nº 34/09, alterada pela Instrução Previc nº 15/14, o Conselho Fiscal, pelos seus membros abaixo assinados, na forma do art. 38, inciso II, do Estatuto da Derminas – Sociedade Civil de Seguridade Social, examinou as Demonstrações Financeiras Consolidadas e suas Notas Explicativas, a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Atuário, referentes ao exercício de 2014. O Parecer deste Conselho é de que os atos de gestão foram praticados conforme as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e de resultado da Entidade em 31.12.14, razão pela qual manifesta-se favoravelmente à sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

*Belo Horizonte, 11 de março de 2015.*

■ Marcos Fonseca Silva  
Presidente

■ Ângela Maria Souza Almeida  
Conselheira

■ Cleber Eustáquio Oliveira Mascarenhas  
Conselheiro

■ Roberto Dias Alves  
Conselheiro

## Manifestação nº 01/2015 do Conselho Deliberativo

---

O CONSELHO DELIBERATIVO da Derminas - Sociedade Civil de Seguridade Social, cumprindo o que dispõe o art. 29, inciso V, de seu Estatuto e a Resolução CNPC nº 08/11, Anexo B, e da Instrução MPS/SPC nº 34/09, alterada pela Instrução Previc nº 15/14, reuniu-se ordinariamente aos dezoito dias do mês de março de 2015 e, após examinar o Relatório dos Auditores Independentes, Fernando Motta & Associados, o Parecer do Atuário, ATEST Consultoria Atuarial Ltda - ME, e o Parecer do Conselho Fiscal da Derminas, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas e suas Notas Explicativas e a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios relativamente ao exercício findo em 31.12.14.

*Belo Horizonte, 18 de março de 2015.*

■ Ronaldo de Assis Carvalho  
Presidente

■ Elias Costa de Rezende  
Conselheiro

■ Murilo Eustáquio Santos Figueiredo  
Conselheiro

■ José Alberto Coutinho  
Conselheiro

■ Antônio José Nogueira  
Conselheiro

■ Efigênio Soares de Oliveira  
Conselheiro

## Resumo do Demonstrativo de Investimentos 2014

### Plano Único CNPB 1981.0005-18

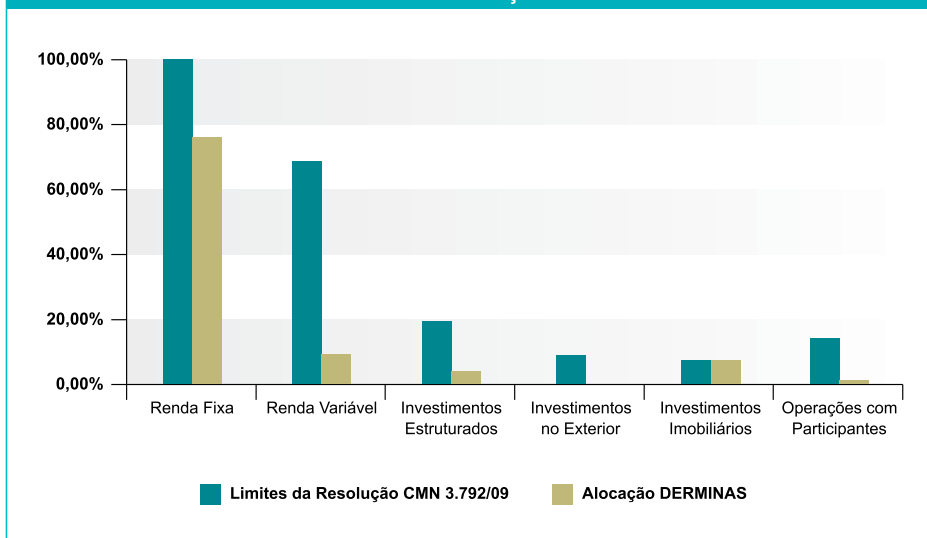
#### COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Dezembro 2014		Dezembro 2013	
	R\$	%	R\$	%
<b>Renda Fixa</b>	<b>290.318.183,47</b>	<b>76,54%</b>	<b>266.572.037,64</b>	<b>73,73%</b>
Título Público Federal	209.410.118,01	55,21%	192.666.770,63	53,29%
Títulos Privados	50.788.081,17	13,39%	44.907.754,80	12,42%
Fundos de Renda Fixa	30.119.984,29	7,94%	28.997.512,21	8,02%
<b>Renda Variável</b>	<b>36.756.866,00</b>	<b>9,69%</b>	<b>50.990.929,96</b>	<b>14,10%</b>
Fundos de Ações	36.756.866,00	9,69%	50.990.929,96	14,10%
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>16.483.306,33</b>	<b>4,35%</b>	<b>9.152.571,35</b>	<b>2,53%</b>
Fundos de Participações	10.899.582,36	2,87%	9.152.571,35	2,53%
Fundos Multimercados	5.583.723,97	1,47%	-	0,00%
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>29.640.105,79</b>	<b>7,81%</b>	<b>27.695.758,20</b>	<b>7,66%</b>
Imóveis para Aluguel	29.640.105,79	7,81%	27.695.758,20	7,66%
<b>Operações com Participantes</b>	<b>6.086.616,86</b>	<b>1,60%</b>	<b>7.140.636,53</b>	<b>1,97%</b>
Empréstimos	6.086.616,86	1,60%	7.140.636,53	1,97%
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>379.285.078,45</b>	<b>100,00%</b>	<b>361.551.933,68</b>	<b>100,00%</b>

#### TABELA COMPARATIVA DE ALOCAÇÃO

Segmento	Limites da Resolução CMN 3.792/09	Alocação DERMINAS
Renda Fixa	100,00%	76,54%
Renda Variável	70,00%	9,69%
Investimentos Estruturados	20,00%	4,35%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	8,00%	7,81%
Operações com Participantes	15,00%	1,60%

#### LIMITE LEGAL x ALOCAÇÃO DERMINAS



## TABELA COMPARATIVA DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

	No Ano 2014		
		BENCHMARK	DERMINAS
Carteira Própria de Renda Fixa	INPC + 4,5% a.a.	11,01%	13,38%
Fundos de Renda Fixa	INPC + 4,5% a.a.	11,01%	9,55%
Fundos Multimercados Institucionais	IFMI	10,51%	10,92%
Fundos de Investimentos em Ações	IBOVESPA + 3% a.a.	0,00%	(9,28%)
Fundos de Investimentos Estruturados	INPC + 4,5% a.a.	11,01%	3,20%
Investimentos Imobiliários	INPC + 4,5% a.a.	11,01%	12,79%
Operações com Participantes	INPC + 4,5% a.a.	11,01%	16,77%
<b>Rentabilidade Consolidada</b>	<b>INPC + 4,5% a.a.</b>	<b>11,01%</b>	<b>10,09%</b>
<b>Rentabilidade Líquida</b>			<b>9,81%</b>

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Bradesco FI Referenciado DI Premium	Rentabilidade	Índice de Referência (CDI)
1.918.773,78	11,04%	10,81%

## MAPA DE CONTROLE DE RISCOS

<b>Liquidez (Alocação)</b>	Curto prazo	19,04%
	Longo prazo	80,96%
<b>Crédito (Alocação)</b>	Baixo risco	87,86%
	Médio e alto risco	12,14%
<b>Mercado (VaR consolidado)</b>	Renda fixa	0,24%
	Renda variável	7,25%
<b>Derivativos</b>	Títulos com margem de garantia	0,04%
	Despesa com compra de opções	0,02%

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
<b>Carteira de Investimentos</b>	<b>839.602,10</b>	<b>863.311,70</b>
Gestão Própria	632.532,41	596.388,17
Taxa de Administração da Carteira de Imóveis	47.130,56	97.251,01
Taxa de Custódia	50.111,45	90.338,29
Reavaliação da Carteira de Imóveis	9.750,00	3.940,00
Análise de Riscos	62.230,97	36.924,17
Taxa de Processamento de Consignação pela Seplag	37.846,71	38.470,06
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>1.294.895,79</b>	<b>1.301.801,77</b>
Diretoria Executiva	462.804,58	522.225,43
Conselhos Deliberativo e Fiscal	36.924,00	33.900,00
Pessoal Próprio	795.167,21	745.676,34
<b>Despesas com Prestadores de Serviços</b>	<b>263.386,04</b>	<b>252.380,16</b>
Custódia dos Investimentos	94.725,01	90.338,29
Consultoria Atuarial	54.212,20	51.066,04
Auditoria Externa	39.236,70	33.469,25
Assessoria Jurídica	42.565,95	51.584,81
Controles Internos	32.646,18	25.921,77

Continua na próxima página

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS (continuação)**

	2014	2013
<b>Outras Despesas</b>	<b>744.784,00</b>	<b>746.060,12</b>
Taxa de Fiscalização (TAFIC)	36.000,00	36.000,00
PIS/COFINS	189.582,09	184.024,99
Treinamentos e Congressos	34.064,14	37.338,57
Sistema Integrado	196.561,94	176.460,28
Manutenção Equipamentos e Sistemas de Informática	23.157,78	18.541,56
Tarifas Bancárias	31.779,07	31.323,04
Serviços de Correios	29.165,18	55.351,76
Aluguel Imóvel Uso Próprio	126.682,32	132.776,40
Condomínio	47.400,00	47.400,00
Conservação e Limpeza	30.391,48	26.843,52

**RECURSOS SOB GESTÃO TERCEIRIZADA**

Gestor	R\$	% do Gestor	% do Total dos Investimentos
Itaú Unibanco	18.475.440,17	22,16%	4,87%
SuLAmerica	12.556.257,04	15,06%	3,31%
Rio Bravo	7.865.062,67	9,44%	2,07%
Fator	7.438.665,54	8,92%	1,96%
BTG Pactual	6.841.372,36	8,21%	1,80%
Vinci Partners	5.513.245,65	6,61%	1,45%
HSBC	5.472.511,03	6,56%	1,44%
Votorantim	4.418.068,94	5,30%	1,16%
Safra	3.395.966,19	4,07%	0,90%
Quest	3.315.442,31	3,98%	0,87%
Kinea	3.288.895,37	3,95%	0,87%
Bradesco	1.918.773,78	2,30%	0,51%
Banco do Brasil	1.761.476,38	2,11%	0,46%
Lacan	1.098.979,19	1,32%	0,29%
<b>Total</b>	<b>83.360.156,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,98%</b>

**INDICADORES DE DESEMPENHO DE GESTÃO**

Indicador	2014	2013
Taxa de Administração do Plano de Benefícios ( <i>Despesas PGA/RGPB</i> )	0,85%	0,87%
Cumprimento da Meta Atuarial ( <i>Rentabilidade Consolidada/Meta Atuarial</i> )	91,64%	80,21%
Superávit Técnico do Plano de Benefícios ( <i>RGPB/Provisões Matemáticas</i> )	7,42%	8,72%
Rentabilidade dos Investimentos	10,09%	8,27%
Número de Participantes	6.853	7.088
Número de Assistidos ( <i>Pensionistas</i> )	3.716	3.656

**ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TÉCNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)**

Nome	Telefone	E-mail
Hélio Caixeta Borges	(31) 2105 8500	heliocaixeta@derminas.org.br

## Descrição do Demonstrativo dos Investimentos

O texto a seguir descreve de forma elucidativa as informações contidas no Resumo do Demonstrativo dos Investimentos dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios (RGPB) de 2014.

O quadro **Composição dos Investimentos** contém o resumo da alocação dos RGPB nos diversos segmentos. Em Renda Fixa, estão listadas as aplicações em títulos públicos e privados e fundos de investimentos. O segmento de Renda Variável é composto por diversos fundos de ações abertos e fechados. Os Investimentos Estruturados referem-se a participações em projetos de infraestrutura e fundos multimercados. Nos Investimentos Imobiliários, a DERMINAS obtém retorno com renda na locação a terceiros e valorização dos imóveis. As Operações com Participantes representam os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios.

A **Tabela Comparativa de Alocação** mostra os limites máximos admissíveis pela legislação, relativamente ao percentual aplicado por classes de ativos. Permite verificar possíveis desenquadramentos, que podem ocorrer de forma passiva, provocados pela alta volatilidade dos investimentos no mercado financeiro.

O **Limite Legal x Alocação Derminas** apresenta, graficamente, os limites da Resolução CMN nº 3.792/09 e a composição dos investimentos da Entidade.

Na **Tabela Comparativa de Rentabilidade** pode ser verificada a performance dos mandatos em comparação com o respectivo benchmark (medida de referência relativa à rentabilidade e ao risco), a rentabilidade consolidada versus a meta atuarial que representa o parâmetro considerado para o retorno dos investimentos da DERMINAS e, ainda, a rentabilidade líquida que exclui o custeio administrativo dos investimentos.

O **Mapa de Controle de Riscos** representa as principais travas para a gestão dos investimentos, com foco nas características e na situação econômico-financeira do Plano de Benefícios. O risco de mercado está relacionado à volatilidade do mercado financeiro e o de crédito com a qualidade dos ativos avaliados pelas agências classificadoras de risco.

O **Plano de Gestão Administrativa** (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão da Entidade, na forma do seu Regulamento. Os recursos do PGA são utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas administrativas do Plano de Benefícios e eventual sobra é destinada ao Fundo Administrativo (contábil). A alocação desses recursos, no segmento de renda fixa, tem por objetivo maximizar o retorno do Fundo Administrativo, em conformidade com a sua Política de Investimentos.

Na tabela **Despesas Administrativas** estão informados, de forma segregada, os principais gastos com a gestão da entidade.

Na tabela de **Gestão Terceirizada** estão relacionados os principais gestores externos dos fundos de investimentos selecionados pela DERMINAS, com os respectivos valores e percentuais. Os Indicadores de Desempenho de Gestão apresentam informações comparativas que contribuem para a excelência na gestão da Entidade.

O **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado** (AETQ) é o dirigente responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos administrados pela DERMINAS, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.





**Derminas**  
Sociedade Civil de Segurança Social

Avenida do Contorno, 6.064 • 1º e 2º andares • Funcionários  
Belo Horizonte • MG • CEP 30110-926  
Tel: (31) 2105-8500 • Fax: (31) 2105-8580  
[derminas@derminas.org.br](mailto:derminas@derminas.org.br) • [www.derminas.org.br](http://www.derminas.org.br)